

Polifonia e argumentação¹

Marion Carel*

Resumo

Este artigo mostra o interesse que há em conceber o conteúdo como argumentativo, quando se desenvolve uma teoria “polifônica” da enunciação, quer se trate da teoria polifônica de Ducrot (1984), da Scapoline (Nolke, Flottum e Nore, 2004) ou da teoria inspirada em Ducrot e Carel (2006) que vai apresentar.

Palavras-chave: Abordagem proposicional e argumentativa da enunciação. Argumentação. Polifonia. Teoria polifônica da enunciação.

O objetivo deste artigo é mostrar o interesse que há em conceber o conteúdo como argumentativo quando se desenvolve uma teoria “polifônica” da enunciação, quer se trate da teoria da polifonia de Ducrot (1984), da Scapoline (Nolke, Flottum e Noren, 2004) ou da teoria inspirada em Ducrot e Carel (2006), que vou apresentar. Unicamente consagradas à enunciação, as três primeiras partes não farão nenhuma hipótese sobre a natureza do conteúdo: quer seja concebido como proposicional ou como argumentativo, o conteúdo de um enunciado X será marcado [X]. É na quarta e última parte, consagrada ao estudo do verbo *pretender*, que as duas abordagens, proposicional e argumentativa, serão comparadas.

* Maître de conférences à l'École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris.

Quadro enunciativo geral

Admitirei que qualquer enunciado possui um autor, responsável pela introdução de diversos conteúdos. Esse autor será chamado *locutor* e será distinto do *sujeito falante*, que é o produtor real do enunciado. Um exemplo que expressa essa distinção é dado por enunciados como *Gislebertus hoc fecit* (assinatura, sobre o portal da catedral de Autun de Gislebert, escultor desse portal), que, falando em terceira pessoa de seus sujeitos falantes (aqui Gislebert), se atribuem um locutor distinto, não engajado na glória daquilo de que fala, e por isso possivelmente objetivo.

Admitirei, além disso, que os conteúdos dos enunciados podem ser introduzidos de diversas maneiras. Essas “maneiras de dizer” do locutor serão descritas por meio de dois parâmetros: a atitude discursiva do locutor e a Pessoa.

Por meio da atitude discursiva, o locutor indica o papel que ele entende dar *em seu discurso* ao conteúdo introduzido. Essas atitudes são em número de três. O locutor pode defender, ilustrar, comentar um conteúdo: esse último será, então, dito *posto*. O locutor pode se obrigar a não contradizer o conteúdo, recusando-se a discuti-lo: o conteúdo é, então, dito *acordado* (o termo “acordo” não é, admito, inteiramente feliz, dada a brutalidade que há em recusar discutir um conteúdo; reservo o termo “pressuposto” para um certo tipo de acordo). O conteúdo pode, enfim, ser recusado, rejeitado, pelo locutor: direi que ele é

excluído. Insisto no fato de que não se trata de atitudes psicológicas do locutor, manifestando o que seriam diversas maneiras de crer, variáveis por seu grau ou por suas razões. As atitudes do locutor são puramente *discursivas*: elas indicam o papel que o conteúdo terá no discurso. É por marcar esse caráter discursivo e não psicológico das atitudes do locutor que preferi os termos “pôr” e “excluir” aos termos “assumir” e “recusar” que utilizei com Ducrot (DUCROT; CAREL, 2006).

A noção de Pessoa, que permitirá também caracterizar “maneiras de dizer” do locutor, é derivada daquela de enunciador. Os enunciadores, tais como Ducrot os utiliza em *O dizer e o dito*, parecem-me, de fato, ter ao menos duas funções: a de indicar um ângulo de vista (*segundo seu médico, Pedro vai bem*) e a de indicar o que garante a validade do conteúdo (essa é, para mim, eu o explicarei mais adiante, a função da nominalização e, talvez, igualmente do termo *fato* na frase de DUBY *um fato fundamental para a época que eu observo é a imersão da realeza no episcopado francês*). Ora, trata-se aí de funções diferentes.

No primeiro caso, com efeito, a natureza do enunciador interfere no conteúdo, e notadamente influencia esse último, para constituir o que diz o locutor. Assim a ocorrência de *segundo seu médico*, no enunciado *segundo seu médico, Pedro vai bem*, influencia o próprio conteúdo de *Pedro vai bem*: a saúde de que se trata não é o simples bom aspecto de Pedro nem seu estado profundo, mas aquele que o médico definiu com seus conceitos e com

medidas, por meio de seus instrumentos. Insisto na ideia de que o ângulo de vista não é destinado a informar sobre um indivíduo particular. Notar-se-á nesse sentido que a compreensão do enunciado não demanda conhecer o médico de Pedro – pode-se mesmo, acredito, ir mais longe e notar que, caso se substitua *seu médico* pelo nome do médico, o enunciado obtido não tem mais o mesmo sentido. O que é posto por *segundo seu médico, Pedro vai bem* é que a saúde de Pedro é a que *um* médico qualifica de boa. Poder-se-ia dizer, inspirando-se em observações de Donnellan, a propósito de *o assassino de Smith é louco*, que as locuções *ao ver* de ou *segundo* obrigam a “leituras atributivas” daquilo de que tratam – aqui, *o médico de Pedro*. Em seu papel de ângulo de vista, relativizando os conteúdos introduzidos, os enunciadores não são, portanto, indivíduos particulares. O locutor não procura indicar de quem ele toma o conteúdo – isso ele fará, ao comunicar o **conteúdo** [*X me transmite que p*]. Ele não tem por objeto repetir as palavras ou os pensamentos de ninguém. Ele unicamente os retoma, reutiliza-os, ao relativizar seu conteúdo. Poder-se-á reconhecer nessa noção de ângulo de vista a focalização de Genette.

O outro papel dos enunciadores, para o qual reservarei o termo Pessoa, é aquele que Berrendonner (1982) descreve como a indicação da garantia de validade do conteúdo. Definirei as Pessoas como sendo “tons”, no sentido de que se pode exigir de alguém parar de falar *nesse tom*. Contrariamente aos ângulos de

vista, as Pessoas não relativizam os conteúdos que lhes são associados: falar com a voz desta ou daquela Pessoa é sempre falar objetivamente. Enfim, as Pessoas constituem seres míticos: nenhuma corresponde a um indivíduo particular.

Entre essas vozes que o locutor pode tomar, há aquelas do locutor L e de seu interlocutor TU, vozes sem outra singularidade que a de ser daquele que fala e daquele a quem se fala, ou, sobretudo, daquele que falará e que já “faz zumbido” nos ouvidos do *eu* de Tagarela, de Louis-René de Forêts. Essa proximidade de *eu* e de *tu* foi oposta por Benveniste à ausência de *ele*, não somente ausente da troca na qual o eu é engajado, mas igualmente, caso se siga Benveniste, ausente de *meu enunciado*: não haveria outra “pessoa”, além de *eu* e *tu*. Berrendonner (1982), dando ao locutor a possibilidade de fazer alusão à validade que outros anexam a esta ou àquela proposição, abriu, talvez um pouco involuntariamente, a possibilidade de fazer falar outras Pessoas: haveria ON (SE) a voz da opinião pública; haveria igualmente a voz dos Fatos – o que Berrendonner chama de Fantasma da verdade e que denominarei MUNDO.

Um exemplo de conteúdo comunicado com a voz do MUNDO é aquele do pressuposto da frase de Duby, já citada; eu retomo o exemplo de Lescano (2006): *Um fato fundamental para a época que eu observo é a imersão da realeza no episcopado francês*.

Esse enunciado comunica, com efeito, dois conteúdos. De uma parte, o locutor

nele qualifica de fundamental a imersão da realeza no episcopado francês – esse primeiro conteúdo é posto – e de outra parte o locutor comunica [*a realeza imergiu-se no episcopado francês*]. Esse segundo conteúdo é acordado e é o enunciador desse conteúdo que vai me interessar. Quem é ele? Poder-se-ia, primeiramente, ver nele um ângulo de vista, aquele da história: certamente, são os historiadores que dizem isso. Mas a função dos ângulos de vista, eu o disse, é relativizar o conteúdo, ligando-o a um modo de ver. Ora, precisamente não é isso que procura fazer Duby. Ele não apresenta o fato de que a realeza se tenha imergido no episcopado francês como uma “verdade da história”. Bem ao contrário, é para ele um fato, que ele pretende transmitir tal e qual. Nesse caso, o enunciador, de certo modo sem natureza, diz o mundo sem qualquer olhar próprio. Trata-se de uma Pessoa, e mais precisamente da voz do MUNDO. Que a realeza se tenha imergido no episcopado francês seria absolutamente indiscutível.

Numa distinção do enunciado em dizer e dito, as Pessoas, conjugadas às atitudes do locutor, participariam do dizer, enquanto os ângulos de vista, associados aos conteúdos argumentativos, participariam do dito. Para dar conta dessa ambivalência de enunciadores, abandonarei o realismo das apresentações de Ducrot (1984) ou da Scapoline, que fazem do locutor um Autor, que mostra as personagens (os enunciadores) tomando esta ou aquela posição. Esse re-

alismo conduz, de fato, a estabelecer uma ligação privilegiada entre o enunciador e o conteúdo apresentado (a Scapoline fala de “ponto de vista”), de forma que a atitude discursiva, que vem unicamente num segundo tempo tratar desses “pontos de vista”, aparece como a única responsável pela maneira de dizer do locutor. Para atribuir todo esse papel à Pessoa, não estabelecerei nenhuma ligação privilegiada entre os enunciadores e o conteúdo dos enunciados. Supor-se-á que nossos discursos comunicam unidades triplas, constituídas pela atitude do locutor, a Pessoa e o conteúdo (argumentativo). Esses tripés serão chamados “unidades de discursos”.

A hipótese enunciativa fundamental que defenderei é a independência dos dois parâmetros descritivos do dizer que são as atitudes do locutor e as Pessoas. Não há ligação entre a voz que o locutor escolhe e o papel discursivo que ele dá ao conteúdo. É isso que mostrará o estudo de *parece que*.

Independência dos dois parâmetros enunciativos que são a atitude discursiva e a Pessoa: o caso de *parece que*

O estudo de *parece que*, que seguirá, tem dois objetivos: um objetivo principal, que é o de mostrar a independência dos dois parâmetros que são as atitudes e as Pessoas; e um objetivo secundário, que

é o de mostrar o interesse que haveria, ao lado das quatro Pessoas que são o L, TU, ON (SE) e o MUNDO, em introduzir uma quinta Pessoa, mais discreta, que representaria a voz distanciada do ausente: uma voz sem autoridade, mas que poderia, ainda assim, falar em nossos enunciados. É com essa voz que o locutor de *parece que* falaria. Eu a denominarei IL²:

O locutor de *parece que q* põe [q] com a voz de IL: ele introduz a unidade (posto, IL, [q])

Recordem-se os exemplos de Ducrot(1984):

* (1) *Há sempre otimistas: assim, parece que vai fazer bom tempo.*

(2) *Parece que vai fazer bom tempo: nós deveríamos passear.*

Uma teoria sem enunciador, segundo a qual o locutor pode somente dar papéis discursivos aos conteúdos introduzidos, associaria a *parece que vai fazer bom tempo* dois conteúdos [*alguém disse que vai fazer bom tempo*] e [*vai fazer bom tempo*]: a impossibilidade de * (1) conduziria a dizer que o primeiro é acordado e a possibilidade de (2) conduziria a dizer que o segundo é posto. O enunciado *parece que vai fazer bom tempo* seria assim analisado como uma asserção ordinária de [*vai fazer bom tempo*], acrescida de um comentário. Por que esse comentário, acrescentado de modo independente à asserção [*vai fazer bom tempo*], introduziria uma distância do locutor frente a [*vai fazer bom tempo*]? Isso permanece um pouco misterioso.

A solução que proponho vê no enunciado *parece que vai fazer bom tempo* um modo de dizer [*vai fazer bom tempo*]. Dito de outro modo, só esse conteúdo é introduzido. O conteúdo [*alguém disse que vai fazer bom tempo*] não é posto nem acordado; ele é totalmente ausente do enunciado e é por isso que * (1) é impossível. Além disso, o modo como o conteúdo [*vai fazer bom tempo*] é introduzido pelo locutor de *parece que vai fazer bom tempo* será caracterizado por dois parâmetros: o conteúdo é posto e com a voz de IL.

Há, assim, uma grande similitude entre o enunciado *parece que vai fazer bom tempo* e a simples asserção *vai fazer bom tempo*:

O locutor de parece que q introduz (posto, IL, [q])

O locutor de q introduz (posto, L ou MUNDO, [q])

– eu retornaria ao parágrafo 3 sobre essa escolha: falar com essa voz de locutor ou falar com a voz do MUNDO. O fato de que o conteúdo [q] seja posto tanto no enunciado *parece que q* quanto no enunciado *q* dá conta da possibilidade de (2). É por seus enunciadores que as duas unidades de discurso se distinguem; é pelo tom de seus locutores que os dois enunciados *parece que q* e *q* se diferenciam.

Quem é o enunciador da unidade de discurso comunicada por *parece que*? Poder-se-ia pensar em ver em *parece que q* um relato de fala incompleta. Tal hipótese encontra, entretanto, dificulda-

des, como mostram (3) e (4) – agradeço a Alfredo Lescano os exemplos:

(3) *Ao ver de Maria, parece que Pedro virá.*

(4) *Parece que Pedro virá. Foi o que Maria me disse.*

Pois, se o locutor de *parece que q* tivesse simplesmente deixado de dizer de quem ele toma *q*, ele deveria, no mesmo enunciado, ou no enunciado seguinte, poder completar sua fala. Ora (3), se alguma vez esse enunciado pode ser dito, ele atribui a Maria, não a asserção de que Pedro virá, mas o enunciado completo *parece que Pedro virá*. O mesmo ocorre com (4).

Para responder a essa dificuldade, proponho dizer que a identidade do enunciador da unidade de conteúdo [*q*] é, não omitida, mas, bem ao contrário, descrita pelo locutor de *parece que q*. Trata-se de uma nova Pessoa, que denomino “IL”. A locução *parece que* marca que o enunciador da unidade é IL, e é por isso que depois é impossível dar (no mesmo enunciado, ou no enunciado seguinte) uma nova instrução sobre a Pessoa. A unidade (posto, IL, [*Pedro virá*]), comunicada por *parece que Pedro virá*, está completa.

Assim, não somente o enunciado *parece que q* não introduz o conteúdo [*alguém disse que q*], mas também, comunicando a unidade (posto, IL, [*q*]), o locutor não mostra IL “dizendo” [*q*]. Contrariamente a enunciados como *ao ver de X, q* ou *X diz que q*, o enunciado *parece que* não faz jamais alusão ao fato de falar – cf. a impossibilidade de * (1):

* (1) *Há sempre otimistas: assim, parece que vai fazer bom tempo*

ou também de:

* *Há otimistas: prova disso, parece que vai fazer bom tempo.*

Há ainda uma propriedade que *parece que q* divide com *q*. Enquanto são possíveis:

Há otimistas: prova disso, eu digo que vai fazer bom tempo

Eu sou otimista: prova disso, eu digo que vai fazer bom tempo são, ao contrário, impossíveis:

* *Há otimistas: prova disso, vai fazer bom tempo*

* *Eu sou otimista: prova disso, vai fazer bom tempo*

A proximidade entre *parece que q* e *q* é, portanto, forte: nos dois casos, vimos que, com a possibilidade de (2), o conteúdo [*q*] é posto; e nos dois casos, vemos agora, trata-se de “maneiras de dizer” [*q*] – e jamais de relato de fala.

Mas por que uma nova Pessoa para descrever *parece que*? Não são suficientes os enunciadores já disponíveis? Para responder a essa questão, observar-se-á, antes, que o enunciador da unidade de conteúdo [*q*], introduzido por *parece que q*, não é um ângulo de vista, pois o conteúdo [*q*] não será relativizado por *parece que*. Trata-se de uma Pessoa. O locutor fala, diretamente, e sua tomada de fala é caracterizada pelo fato de que ela se faz com uma voz “fraca”, mais fraca, por exemplo, do que a voz do Mundo: o locutor fala com a voz do Ausente.

O que distingue IL das outras Pessoas? O que distingue, por exemplo, IL

do MUNDO? Em que a voz de IL é mais fraca? A diferença entre IL e o MUNDO me parece de ordem retórica. Notar-se-á, nesse sentido, que somente IL pode intervir numa unidade excluída *sem que haja nela efeito irônico*. Insisto no fato de que a diferença entre IL e o MUNDO não está na capacidade de intervir numa unidade excluída. A diferença reside no efeito produzido, não na intervenção de duas Pessoas no interior de uma unidade excluída: é possível dizer *essa parede não é branca*, mostrando uma parede branca e, desse modo, transmitir (excluído, MUNDO, [*essa parede é branca*]), mas isso será sempre compreendido como irônico (imaginar-se-á que o locutor ria de si mesmo e da segurança com que na véspera afirmara que a parede era de pedra); por outro lado, (excluído, IL, [*q*]) pode ser comunicado sem ironia – por exemplo, por ocasião de um banal emprego polifônico de *ne ... pas (não)*. Esse critério de “unidade excluída” distingue IL do MUNDO e aparenta-o a TU. IL e TU são ambas Pessoas “fracas”, na medida em que são as duas excluíveis sem ironia. Esse último parentesco está na origem do potencial belicoso do emprego polifônico de *ne ... pas (não)*:

- *Não é, ainda assim, muito bela essa pintura moderna.*

O locutor transmite uma unidade excluída de conteúdo [*a pintura moderna é muito bela*], sem precisar se a Pessoa é TU ou IL.

- *Eu nunca disse que gostava disso.*

O locutor responde a (excluído, TU, [*a pintura moderna é muito bela*]): ele se sente atacado.

- *Eu não disse que tu gostavas disso.*

O locutor declara ter comunicado (excluído, IL, [*a pintura moderna é muito bela*]).

Dois exemplos

Consequência da
independência dos dois
parâmetros enunciativos
que são a atitude discursiva
e a Pessoa: descrição de um
emprego “banal” de
faz bom tempo

Admitindo que o locutor diz com sua própria voz o conteúdo que ele põe, Ducrot (1984) concebia os enunciados banais de *faz bom tempo* como tendo por enunciador seu próprio locutor. O quadro enunciativo apresentado até aqui, pelo contrário, recusa-se a assimilar o fato de pôr um conteúdo e o fato de falar com sua voz de locutor. Essa é a consequência de nossa análise de *parece que q*, em que o locutor põe [*q*] sem, para tanto, falar com sua própria voz. Assim, um enunciado banal de *faz bom tempo* corresponderá unicamente, para nós, a um enunciado cujo locutor põe [*faz bom tempo*]. A Pessoa fica, pelo contrário, indeterminada e podem-se imaginar dois casos: aquele em que o locutor faz ouvir sua própria voz e aquele em que o locutor pretende enunciar um fato. Notar-se-á que, nos

dois casos, o conteúdo introduzido faz parte daquilo que o locutor diz crer. Não se pode, então, seria apenas intuitivamente basear-se na existência de crenças “reais” ou simplesmente alegadas para descobrir a Pessoa escolhida. Tanto quanto a diferença entre IL e o MUNDO, a diferença entre L e o MUNDO é de ordem retórica. Ao se falar com a voz do locutor, engaja-se sua própria palavra; falar com a voz do MUNDO desresponsabiliza.

Assim, imaginemos que numa noite X e Y tenham discutido sobre a possibilidade de um piquenique. Na manhã seguinte, as persianas do quarto de X e de Y estão fechadas, Y se levanta e X, sempre deitado, pergunta:

X: *Que tempo faz?*

Y abre as persianas e responde: *Faz bastante bom tempo.*

X, com tom jocoso: *Então, se vai piquenicar?*

O advérbio *plutôt* (*bastante*) marca (além de, talvez, uma certa hesitação, simultaneamente uma certa fraqueza na qualidade atribuída, aqui o tempo bom) que Y engaja sua própria fala, aquela já engajada na discussão anterior, e ele precisará um pouco de inventividade discursiva para recusar o piquenique: tendo “dito ele próprio” que fazia bom tempo, o locutor parece ter aceitado o passeio. É introduzida a unidade (posto, L, [*faz bom tempo*]) e as palavras de X significam “Vai-se, portanto, aproveitar esse tempo de piquenique para piquenicar, não?”

Caso se tire, agora, da resposta de Y o advérbio *plutôt* (*bastante*), ela se torna

ambivalente. Ela pode ainda receber a interpretação que nos parece necessária com *plutôt* (*bastante*), mas ela é também interpretável como introduzindo (posto, MUNDO, [*faz bom tempo*]):

X *Que tempo faz?*

Y abre as persianas e responde: *Faz bom tempo.*

Y pretende, então, dizer o que é. Ele informa sem engajar sua fala, sem ligá-la com o discurso anterior, e X não pode mais, como no exemplo precedente, interpretar a resposta de Y como uma aceitação do piquenique. Ele pode, certamente, continuar com as mesmas palavras (*então, se vai piquenicar?*), mas isso constituirá uma nova questão sobre o tempo: as palavras de X significarão “Tu achas, então, que é um tempo para piquenicar, não?”

Além do advérbio *plutôt* (*bastante*), podem-se imaginar outros índices sobre a Pessoa, e, em primeiro lugar, se pensará na locução *a meu ver*: eu o admitirei. É sobre isso que gostaria de fazer uma precisão, sobre as razões que justificam admitir que a Pessoa é necessariamente o locutor, quando o enunciado contém *a meu ver*. No quadro teórico que é o meu, não se trata do fato, em si mesmo incontestável em outros, de que *a meu ver*, *p* assinala que [*p*] é uma crença do locutor. Tal raciocínio não me parece aceitável, pois o que um locutor diz com a voz do Mundo marca, então, aquilo que ele declara crer. As crenças do locutor, eu o repito, não determinam a voz com a qual ele fala. A única razão, informal, que pode conduzir a ver em *a meu ver*

o sinal de que o locutor fala com sua própria voz é, me parece, que *a meu ver, p* introduz uma unidade de conteúdo [*alguns pensam que não-p*] – cf. o estudo de *a meu ver* em Lescano (2006): é isso que, eu creio, impede de comunicar ao mesmo tempo *com a voz do Mundo*, o conteúdo [*p*]. Essa é a razão pela qual admitirei que *a meu ver, p* introduz (posto, L, [*p*]).

Consequência da introdução de IL: descrição de *Maria diz que q*

Vimos, no parágrafo 2, que o enunciado *parece que q* não constitui um relato de fala. Não nego, entretanto, que haja uma ligação entre o enunciado *parece que q* e a forma *Maria diz que q*. Vamos ver, assim, que o emprego “modal pessoal” de *Maria diz que q* introduz a mesma unidade posta de *parece que q*: (posto, IL, [*q*]). Os dois enunciados se distinguirão pelo fato de que *Maria diz que q* informa mais numa unidade acordada (acordo, MUNDO, [*Maria tem a propriedade de dizer que q*]), do que *Maria diz q*.

Começemos pela distinção dos dois tipos de emprego de *Maria diz que q*: o emprego *descritivo* e o emprego *modal*. Essa distinção é retomada de Port Royal (*Logique*, parte II, cap. 8, p. 174). Lembre-se de seu exemplo:

Os filósofos nos asseguram que as coisas pesadas caem para baixo por si mesmas.

Port Royal nota a seu propósito que se podem fazer duas leituras. O locutor pode primeiro querer, por meio desse enunciado, descrever os filósofos, relatando uma de suas opiniões, como

quando eu continuo com *ora isso é um erro; por consequência ele pode indicar que os filósofos ensinam um erro*. Falarei de emprego *descritivo*. Durante uma enunciação banal de emprego *descritivo*, o locutor põe o conteúdo e fala, parece-me, com a voz do MUNDO:

O emprego *descritivo* banal do exemplo de Port Royal introduz a unidade (posto, Mundo, [*os filósofos têm a propriedade de nos assegurar que as coisas pesadas caem para baixo por elas mesmas*]).

Port Royal opõe essa primeira leitura a uma outra, que vê no exemplo uma afirmação modalizada de que as coisas pesadas caem para baixo por elas mesmas. O conteúdo da unidade introduzida é, então, [*as coisas pesadas caem para baixo por elas mesmas*]. Falarei de leitura *modal*. O emprego modal é comparável a *segundo os filósofos, as coisas pesadas caem para baixo por elas mesmas*. Mais precisamente, o enunciador do exemplo de Port Royal constitui um ângulo de vista, é o sentido “filosófico” que se deve dar a *as coisas pesadas caem para baixo por elas mesmas*:

O locutor de um emprego modal banal do exemplo de Port Royal introduz uma unidade posta de conteúdo [*as coisas pesadas caem por si mesmas para baixo*] cujo ângulo de vista é *filosófico*.

A análise que farei da estrutura *Maria diz que q* será paralela à de Port Royal e assim, segundo o conteúdo da unidade posta, distinguirei, a seguir, um emprego *descritivo* e um emprego *modal*. Uma segunda distinção será introduzida entre os empregos modais,

segundo a natureza do enunciador da unidade de conteúdo *[q]*: poderá tratar-se de um ângulo de vista, como no exemplo de Port Royal, mas poderá, igualmente, tratar-se de uma Pessoa. Falarei nesse último caso do emprego modal pessoal; é o emprego modal *pessoal* que compararei a *parece que q*.

A forma *Maria diz que q* está no emprego *descritivo*, quando o enunciado concerne a Maria; o enunciado pode, então, ser completado apenas por um outro enunciado relativo a Maria. Por exemplo um emprego descritivo de:

Maria diz que todas as pessoas da esquina foram aos fogos de artifício com botas amarelas será seguido de um enunciado como *ela crê nisso verdadeiramente, ela está muito estranha nesses últimos tempos*:

O locutor de um emprego descritivo banal de *Maria diz que q* põe [*Maria tem a propriedade de dizer que q*] e fala com a voz do MUNDO: é introduzido (posto, MUNDO, [*Maria tem a propriedade de dizer que q*]).

É esse emprego descritivo de *Maria diz que q* que é negado por *ne...pas* (*Maria não diz que q*).

O emprego de *Maria diz que q* será inversamente *modal*, quando se tratar de uma afirmação modalizada de *[q]*, como quando eu continuo o exemplo proposto com *coloquemos nossas botas nós também*. O enunciado é, então, parafraseável por *ao ver de Maria, q*, ou *segundo Maria, q*. Tanto como *parece que*, esse emprego não é negável por *ne...pas*.

É o emprego modal de *Maria diz que q* que aparentarei a *parece que q*, e

mais precisamente seu emprego modal *pessoal*. Podem-se, de fato, segundo a natureza do enunciador da unidade posta, distinguir diversos empregos modais. Pois quem é o enunciador da unidade posta de conteúdo *[q]*? Uma abordagem realista (ou talvez “razoável”) da polifonia responderia que se trata de Maria – cf. Ducrot (1984), a Scapoline ou ainda Ducrot e Carel (2006). Essa não será minha resposta e distinguirei dois casos: aquele em que é introduzido um ângulo de vista e aquele em que é introduzida uma Pessoa.

Um ângulo de vista será introduzido, se o emprego de *Maria* evoca discursos que lhe atribuem uma natureza capaz de influenciar a interpretação a fazer de *[q]*. O enunciado será, então, parafraseável por *segundo Maria*. Um caso como esse é um pouco difícil de imaginar quando a proposição completiva é *as pessoas da esquina foram aos fogos de artifício com botas amarelas*. Compreende-se melhor com um exemplo como *Maria diz que a criança vai bem*: se Maria é a médica da criança, ou ainda sua mãe, o conteúdo [*a criança vai bem*] será relativizado por esse ângulo de vista.

Nenhum ângulo de vista será introduzido, ao contrário, se a natureza de Maria não influencia a proposição completiva *q*. O enunciador será, então, uma Pessoa, e falarei de um emprego modal pessoal. A Pessoa não é L nem TU, certamente, nem ON (SE), nem o Mundo:

O locutor de um emprego modal pessoal banal de *Maria diz que q* introduz a unidade (posto, IL, *[q]*).

Há, assim, um parentesco entre o enunciado *parece que q* e o emprego modal pessoal de *Maria diz que q*. Não que *parece que q* seja um relato de fala, mas porque a unidade posta pelo emprego modal pessoal de *Maria diz que q* tem o mesmo conteúdo [*q*] e é declarado com a mesma voz IL de *parece que q*. Certamente, o locutor de um emprego modal pessoal de *Maria diz que q* diz mais. Ele informa que Maria disse *q*: mais precisamente, uma unidade de conteúdo [*Maria tem a propriedade de dizer que q*] é, então, acordada. Esse acordo por uma unidade de conteúdo [*Maria tem a propriedade de dizer que q*] distingue o emprego modal pessoal de *Maria diz que q* e o enunciado *parece que q*. Sua ausência em *parece que q*, relacionada à sua presença em *Maria diz que q*, é a razão pela qual o locutor de *parece que q* parece calar a identidade daquele que disse *q*.

Do interesse de um conteúdo argumentativo: o caso do verbo *pretender*

O quadro enunciativo que acabo de apresentar recorria a uma noção neutra de conteúdo: eles estavam marcados por colchetes e se podia imaginar que se tratasse, seja de proposições, seja de argumentações. Proponho-me, agora, mostrar, a partir do estudo do verbo *pretender* o interesse que há em conceber os conteúdos como argumentativos. Darei um sentido amplo ao termo argumentativo: tratar-se-á tanto de discursos

opositivos que comportam conjunções como *pourtant* (*mesmo assim*) ou *même si* (*mesmo se*) quanto de discursos consecutivos que comportam conjunções como *donc* (portanto), *du coup* (*por fim*), ou ainda *si* (*se*).

Meu estudo partirá da descrição proposta por Berrendonner (1982). Ela se reformulará sem dificuldade no quadro apresentado aqui (parágrafo 4.1). Veremos, em seguida, as insuficiências dessa descrição, quando o conteúdo é suposto proposicional. Essas dificuldades serão imputadas seja ao quadro enunciativo (ele deverá permitir aos enunciadores responder), seja ao quadro proposicional. Mostraremos como uma concepção argumentativa do conteúdo supera essas dificuldades (4.2).

Reformulação da descrição de Berrendonner

Inspirando-se nas análises de Ducrot (1972), Berrendonner propõe descrever *X pretende que p*, distinguindo um posto ([*X diz que p*]) e um pressuposto, relativo à falsidade de *p*; é da natureza exata desse pressuposto que trata a discussão de Berrendonner. Após ter criticado a hipótese de que se trataria de [*p é falso*] (como por exemplo, compreender a banalidade do diálogo – *Pedro pretende que Jules esteja doente – E tu, que pensas disso?*, enquanto é absurdo – *Pedro sabe que Jules está doente. – E tu, o que pensas disso?*), Berrendonner escolheu um pressuposto um pouco ambíguo (*crê-se que p é falso*), que ele interpreta, às

vezes, como descrevendo a doxa (*on* representaria a opinião pública), e às vezes como descrevendo as crenças de alguns. Eu defenderei essa última solução, de modo a poder manter a explicação que Berrendonner dá ao fato de que *pretende-se geralmente que p* não signifique *diz-se geralmente, sem o crer, que p*:

O locutor de *X pretende que p* põe [*X diz que p*] e pressupõe [*alguns pensam que não p*]

A dificuldade de reformular a solução de Berrendonner no quadro que eu apresentei reside na determinação exata dos conteúdos posto e acordado. Com efeito, dois empregos de *X diz que p* foram distinguidos no parágrafo (3.2: o emprego modal que comunica [*p*] e o emprego descritivo que comunica [*X tem a propriedade de dizer que p*] – distinção que Berrendonner não faz, posto que utiliza para descrever o sentido de *X pretende que p* as fórmulas (*X diz que p* ou *alguns crêem que não-p*) que portam precisamente essa ambiguidade. Precisamos, portanto, reanalisar esses dois conteúdos.

Voltemos de início ao posto de *X pretende que p*. Vamos notar que o locutor de *X pretende que p* comunica sempre [*X tem a propriedade de dizer p*], e jamais [*p*].

De fato, se *X pretende que p* fosse um modo de dizer [*p*] – da mesma forma como *parece que p* ou do emprego pessoal modal de *X diz que p* -, então, nas situações em que o emprego modal pessoal de *Pedro diz que vai fazer bom tempo* é possível:

(5) *Pedro diz que vai fazer bom tempo. Vou, portanto, passear.*

(imaginar-se-á que Maria, na casa de campo de Pedro, fala a uma amiga ao telefone) deveria ser igualmente possível dizer:

(6) *Pedro pretende que vai fazer bom tempo. Vou, então, passear.*

Esse não é o caso: a interpretação de (6) pede que se façam sobre a situação de Maria e de Pedro hipóteses inúteis à interpretação de (5) (é necessário, por exemplo, supor que Maria quer agradar Pedro, conformando-se a seus dizeres). O enunciado *X pretende que p* não é, portanto, jamais um modo de dizer *p*. É o fato de que *X* tem a propriedade de ter dito *p* que o locutor põe – o que explica por que continuar *X pretende que p* com sequência de *p* é um sinal do interesse do locutor para o que faz *X*, e não para o conteúdo *p* dito por *X* (cf. (6)):

O locutor de um emprego banal de *X pretende que p* põe uma unidade de conteúdo, [*X tem a propriedade de dizer que p*], cuja Pessoa é *L* ou *MUNDO*: é introduzida uma unidade (posto, *L* ou *MUNDO*, [*X tem a propriedade de dizer que p*]).

(Recorde-se – cf. o parágrafo (3.1) – que uma enunciação “banal”, ordinária, se descreve no quadro que eu propus por meio de uma unidade posta. A Pessoa da unidade não é, pelo contrário, imposta: pode tratar-se tanto do *MUNDO* quanto de *L*. Quando a Pessoa é *L*, o locutor engaja sua própria fala; quando a Pessoa é o *Mundo*, ele se desresponsabiliza.)

Voltemos, agora, ao pressuposto *alguns pensam que não p*, cuja descrição traz o mesmo problema: deve-se dizer que o locutor de *X pretende que p* introduz (acordado, IL, [não-p]) ou deve-se dizer que ele introduz (acordado, L ou MUNDO, [alguns pensam que não-p])? No primeiro caso, o locutor comunicaria não-p, ou antes, pois ele tomaria a voz de IL, o locutor comunicaria uma modalização de não-p: certamente, a comunicação dessa modalização não-p não seria o objeto de sua fala, mas ela teria, mesmo assim, como todo pressuposto, consequências. Por exemplo, perguntar ao locutor o que ele pensa de *p* deveria ser absurdo. Ora esse não é o caso. O diálogo: - *Pedro pretende que Jules esteja doente* – *E tu, que pensas disso?* é possível. O locutor de *X pretende que p* não comunica, portanto, não-p, nem mesmo sob a forma de um pressuposto. Ele comunica [alguns têm a propriedade de pensar que não-p]:

O locutor de *X pretende que p* dá sua concordância a uma unidade de conteúdo [alguns têm a propriedade de pensar que não-p], cuja Pessoa é L ou o MUNDO.

Vantagens de uma concepção argumentativa do conteúdo

Mas um problema se põe: aquele da pretendida independência do pressuposto frente ao posto. Imaginemos, com efeito, que Pedro me tenha dito *vai fazer bom tempo amanhã* e admitamos, além disso, o que não é difícil em matéria de tempo, que alguns pensem o contrário

de Pedro. Eu não direi para tanto *Pedro pretende que vai fazer bom tempo amanhã*. Por quê? A razão me parece ser que o pressuposto e o posto não são simplesmente justapostos no interior da significação de *pretender*. Dizer *X pretende que p* é considerar que a tomada de fala de X é um ato de oposição àquilo que outros pensam.

Como dar conta dessa oposição? Haveria de fato um meio enunciativo, que consistiria em descrever *Pedro pretende que vai fazer bom tempo amanhã* como uma discussão animada entre Pedro e os que não pensam como ele. Notemos, entretanto, que isso nos conduziria a complexificar o quadro enunciativo até agora proposto, ao associar-lhe uma abordagem mais bakhtiniana, que permitiria descrever Pedro como um ser falante, independente do locutor, e único responsável por [vai fazer bom tempo amanhã]. Esse novo locutor que constituiria Pedro, no interior do mesmo enunciado *Pedro pretende que vai fazer bom tempo amanhã*, teria mais a possibilidade de responder a outros locutores – possibilidade que não têm as Pessoas, no estado atual da abordagem enunciativa que apresentei. Quanto ao locutor principal, o próprio locutor de *Pedro pretende que vai fazer bom tempo*, ele se contentaria de mostrar essa discussão, relacionando-a de qualquer modo ao estilo direto. O enunciado *Pedro pretende que vai fazer bom tempo* seria equivalente a *Alguns pensam: “Não vai fazer tempo bom.”* Pedro lhe responde: *“Vai fazer tempo bom.”*

Existe outra solução, entretanto, que não demanda nenhuma reorganização de minha abordagem não bakhtiniana da enunciação. Ela consiste em abandonar o quadro proposicional e a associar argumentações aos enunciadores. A oposição que o locutor de *Pedro pretende que vai fazer bom tempo amanhã* estabelece entre a ação de Pedro e o que os outros pensam seria da ordem de *pourtant* (*mesmo assim*):

(7) *Alguns pensam que não vai fazer bom tempo mesmo assim Pedro diz o contrário*

Esse julgamento argumentativo, único, seria posto. É a solução que defenderei. A significação de *pretende que p* contera o esquema argumentativo (a teoria dos blocos semânticos fala de “aspecto argumentativo”) subjacente a (7), ou ainda a

mesmo se p não está provado, Pedro diz que p

ainda que alguns não aceitem p, Pedro diz que p

tu não pensas p mesmo assim Pedro diz que p

A análise de Berrendonner, uma vez reorganizada, revela-se ser uma descrição do conteúdo argumentativo do grupo *pretender que p*. Conceber de maneira argumentativa o conteúdo evita dar uma estrutura de diálogo aos enunciados.

Conclusão

O estudo de *pretender* permitiu mostrar as dificuldades que as teorias polifônicas encontram, segundo as quais cada unidade de discurso comunica unidades fechadas sobre si mesmas, do tipo de (atitude, enunciador, conteúdo), e as soluções possíveis caso se concebiam os conteúdos como argumentativos. Essa sustentação da concepção argumentativa do sentido para a concepção polifônica da enunciação ultrapassa o quadro da análise lexical. Ela permite mais geralmente responder à crítica habitual, segundo a qual as teorias polifônicas provocariam um esfacelamento do sentido, um pequeno pedaço para cada enunciador, enquanto o enunciado constitui um todo.

Tomemos, a título de exemplo, esse que será o último, a confissão do asno dos *Animais doentes de peste*:

Seu pecadinho foi julgado um caso de força.

Admito inteiramente que descrever o sentido desse enunciado pelas duas proposições independentes “pastar grama era um pecadinho” e “pastar grama foi julgado um caso de força” produziria um esfacelamento de sua unidade intuitiva. Mas não é a concepção enunciativa que produz esse esfacelamento. É a concepção proposicional do conteúdo. A concepção argumentativa, segundo a qual o locutor de *seu pecadinho foi julgado um caso de força* comunica *pastar grama era um pecadinho mesmo assim foi julgado um caso de força* o evita. Intuitivamente

mais próximo do que diz La Fontaine (esse último não se contenta, com efeito, em comunicar os dois conteúdos: ele os confronta), ela dá igualmente conta da unidade de enunciado: um ponto de vista único é introduzido; esse ponto de vista é posto.

Notas

- ¹ Artigo publicado em CAREL, Marion. Polyphonie et argumentation. In: BIRKELUND, M.; MOSEGAARD HANSEN, M.-B.; NOREN, C. (Org.). *L'énonciation dans tous ses états. Mélanges offerts à Henning Nølke*. Bern, Berlin, Bruxelles, Frankfurt am Main, New York, Oxford, Wien: Peter Lang, 2008. p. 29-46. Trad. de Telisa Furlanetto Graeff – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo - RS. Revisão da trad. Leci Borges Barbisan – PUCRS, Porto Alegre - RS.
- ² N. T. O pronome IL do francês, presente em enunciados como “Il pleut”, “Il paraît que Pierre viendra”, não aparece em enunciados como esses, em português. Diz-se “Chove”, “Parece que Pedro virá”, e não * “Ele chove” e * “Ele parece que Pedro virá”.

Polyphonie et argumentation

Résumé

Cet article montre l'intérêt qu'il y a à concevoir le contenu comme argumentatif lorsqu'on développe une théorie “polyphonique” de l'énonciation, qu'il s'agisse de la théorie de la polyphonie de Ducrot (1984), de la Scapoline (Nolke, Flottum et Noren: 2004), ou de la théorie inspirée de Ducrot et Carel (2006) qu'il va présenter.

Mots-clés: Approche propositionnelle et argumentative de l'énonciation. Argumentation. Polyphonie. Théorie “polyphonique” de l'énonciation.

Referências

- ARNAULD, A.; NICOLE, P. *La logique ou l'art de penser*. Paris: Flammarion, 1998.
- BERRENDONNER, A. *Eléments de pragmatique linguistique*. Paris: Minuit, 1982.
- DONNELLAN, K. Reference and definite descriptions. *Philosophical Review*, v. 75, p. 281-329, 1966.
- DUCROT, O. *Dire et ne pas dire*. Paris: Hermann, 1972.
- _____. *Le dire et le dit*. Paris: Minuit, 1984.
- DUCROT, O.; CAREL, M. Description argumentative et description polyphonique: le cas de la négation. PERRIN, L. *Recherches Linguistiques*, n. 28 (Le sens et ses voix). Metz: Presses Universitaires de Metz, 2006. p. 215-243.
- GENETTE, G. *Figures III* Paris: Seuil, 1972.
- LESCANO, A. *Pour une grammaire argumentative de l'article*. Communication aux troisièmes journées de Sémantique et Pragmatique, Orléans, 2006.
- NOLKE, H.; FLOTTUM, K.; NOREN, C. *La Scapoline*. Paris: Kimé, 2004.